

PA: GDPAPE MANTÉM DISCORDÂNCIA E POSIÇÃO DE LUTA

O GDPAPE fez constar na Ata do Fórum, dia 19/08/2019, suas sugestões para eliminar divergências e aumentar a união de todos, mantendo a legalidade.

Citou que a **PROPOSTA ALTERNATIVA (PA)** contém ilegalidades:

- ✚ A PA é apresentada com as massas **R** e **NR** (repactuados e não repactuados) separadas. É então incompatível com o PED, já que ele foi implantado antes da cisão, isto é, com todos em uma única massa. Como uma das consequências dessa ilegalidade, **uma das massas está sendo prejudicada com perversidade**: os NR;
- ✚ Estes planos alternativos (“Novos Planos Petros” – NPP, R e NR) estarão sob a vigência da **Resolução CNPC 24**, que trata das submassas dos planos. Isto confere completo amparo legal à tese do GDPAPE, já demonstrada tecnicamente:
 - ✚ É obrigatório considerar, no equacionamento e na PA, a existência das submassas **“Pré-2007”** e **“Pós-2007”**, entre os que se aposentaram antes ou depois dos impactos do PCAC e da RMNR, que trouxe acréscimo de salários de até 140%, ‘estourando’ as reservas matemáticas do PPSP e criando prejuízo para os Pré-2007, por não terem recebido, como diz a Resolução 24, tratamento diferenciado na cobrança do PED, isto é, não tiveram suas contribuições extraordinárias reduzidas em função das diferenças geradas com aquelas medidas salariais. Um caso de **perversidade**;
 - ✚ Pelo contrário, o déficit foi dividido de forma igualitária entre essas duas submassas. Gerou-se um efeito “Robin Hood” ao contrário. Um prejuízo significativo e permanente aos que se aposentaram antes de 2007, sem qualquer compensação a eles.
 - ✚ Temos ouvido muito a acusação de que o PED é assassino. Pois bem, a PA também o é, para os que se aposentaram antes de 2007;
- ✚ Ainda antes da cisão de massas entre R e NR (ocorrida em 01/04/2018), houve várias citações acerca da **não existência de norma legal** para a condução desse processo. As próprias Petrobras e PREVIC reconheceram o fato, como consta nos autos de nosso processo contra a separação das massas R e NR. É evidente que, com o surgimento de novos planos e a fragmentação cada vez maior do mutualismo do PPSP, muitos beneficiários serão prejudicados, como hoje ocorre com os NR, em face da divisão das reservas e do patrimônio feita sem orientação de critério legal e, portanto, ao sabor dos interesses de momento da Petrobras. E este processo continuará com a implantação da PA.

Quem está sendo favorecida com a PA é a Petrobras. Nós, beneficiários do PPSP, perdemos a força da união que o mutualismo traz para o plano e que está sendo quebrado pela proliferação de novos planos, entre os quais os NPP-R e NPP-NR da PA.

Deveríamos trabalhar para a fusão dos planos, tornando-nos assim mais fortes.

Deveríamos lutar pelo esclarecimento, pela Petros, dos impactos do PCAC e da RMNR no PPSP, abrindo mais uma das caixas pretas, de existência tão negada por alguns Conselheiros da Petros, mas tão presentes, dada a não abertura de dados e informações do plano e da Petros aos seus próprios participantes e assistidos.

Não havendo a compensação das dívidas da Petrobras – que, de fato, mostra-se disposta a não pagá-las – a alternativa menos prejudicial seria fazer o equacionamento pelas reservas individuais, como previsto na **Resolução CGPC 30** (de 10/10/2018, que revogou a **26**, de 2008), o que minimizará as possibilidades de prejuízos a pessoas e grupos, por ocasião das escolhas individuais que impliquem em migração, seja para a PA ou para o PP-3, quando haverá migração, também, dos recursos individuais para o plano escolhido.

Afirmar que a aceitação é uma decisão pessoal, após aprovação da PA, é propagar meia verdade, escondendo o fato de que a escolha se dará sob pressão do temor de insolvência do PPSP.

Os que assinaram o relatório final do GT paritário, para entrega à Petrobras, sabem que a união foi quebrada pela forma que foi dada à PA e pela condução do processo, neste final de percurso. Mas citam a Unidade como mote das chapas que apoiam nas eleições para os Conselhos da Petros.

E circula um folheto promocional, com os logotipos de FUP, FNP e FENASPE, dando notícia da entrega do Relatório Final do GT paritário à Petrobras. Não é surpresa que convoque os beneficiários para votarem nas chapas por eles apoiadas – as chapas da continuidade (52, 54 e 42).

Não é possível ao GDPAPE coadunar-se com a PA nem apoiar as chapas dos que deram forma final à proposta. Eleger tais chapas é assegurar a continuidade do favorecimento aos interesses da Petrobras, contrários aos dos participantes da Petros.

Assim sendo, o GDPAPE continua apoiando os candidatos das chapas 53, 56 e 41. E lutando conta a aprovação da PA, com os instrumentos em nosso alcance – dentro da Lei.

Atenciosamente,
Diretoria Colegiada / GDPAPE

Juntos somos mais fortes e vamos mais longe!